

Doutora Teresa Margarida Marcão Barata Salgueiro, professora catedrática da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Doutora Maria Teresa Gaspar F. Mira de Azevedo, professora associada com agregação da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

8 de Março de 2006. — O Vice-Reitor, *António Marques de Almeida*.

### Faculdade de Farmácia

**Contrato (extracto) n.º 519/2006.** — Por despacho do vice-reitor de 4 de Janeiro de 2006, proferido por delegação do reitor:

Mestra Mafalda de Castro Ascensão Marques Videira, assistente além do quadro de pessoal docente da Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa — prorrogado o contrato nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 26.º do ECDU, pelo período de um biénio, com efeitos a 5 de Janeiro de 2006.

3 de Março de 2006. — O Secretário, *Alfredo Ferreira Moita*.

**Contrato (extracto) n.º 520/2006.** — Por despacho do vice-reitor de 19 de Setembro de 2005, proferido por delegação do reitor:

Doutora Maria Leonor Martinho Ferreira Meisel — contratada, por urgente conveniência de serviço, para as funções de professora auxiliar convidada a 20% além do quadro de pessoal docente da Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa, pelo período de cinco anos, com efeitos a partir de 19 de Setembro de 2005. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

### Relatório a que se refere o n.º 3 do artigo 15.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária, publicado em anexo à Lei n.º 19/80, de 16 de Julho.

O conselho científico da Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa, na sua reunião de 1 de Julho de 2005, aprovou o conteúdo dos relatórios elaborados acerca das actividades científicas, pedagógicas e profissionais do visado e em face dos pareceres emitidos, nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 31.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária, publicado em anexo à Lei n.º 19/80, de 16 de Julho, subscritos pelos Doutores Maria de Lourdes Souteiro Bastos, professora catedrática da Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto, Fernando Jorge dos Ramos, professor associado da Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra, e Hélder Mota Filipe, professor auxiliar da Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa, pelo que aprovou a contratação da Doutora Maria Leonor Martinho Ferreira Meisel como professora auxiliar convidada a 20%, por um quinquénio, com efeitos a partir de 19 de Setembro de 2005.

3 de Março de 2006. — O Secretário, *Alfredo Ferreira Moita*.

**Contrato (extracto) n.º 521/2006.** — Por despacho do vice-reitor de 24 de Fevereiro de 2006, proferido por delegação do reitor:

Licenciada Andreia Patrícia Henriques Ascenso — celebrado contrato administrativo de provimento com a Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa, por conveniência urgente de serviço, precedida de concurso, para exercer as funções de assistente estagiária além do quadro de pessoal docente, com efeitos a 19 de Setembro de 2005. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

7 de Março de 2006. — O Secretário, *Alfredo Ferreira Moita*.

**Contrato (extracto) n.º 522/2006.** — Por despacho do vice-reitor de 24 de Fevereiro de 2006, proferido por delegação do reitor:

Licenciada Helena Isabel Fialho Florindo — celebrado contrato administrativo de provimento com a Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa, por conveniência urgente de serviço, precedida de concurso, para exercer as funções de assistente estagiária além do quadro de pessoal docente, com efeitos a 19 de Setembro de 2005. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

7 de Março de 2006. — O Secretário, *Alfredo Ferreira Moita*.

## UNIVERSIDADE DO MINHO

### Reitoria

**Edital n.º 156/2006 (2.ª série).** — O Doutor António José Marques Guimarães Rodrigues, professor catedrático e reitor da Universidade do Minho, faz saber que, pelo prazo de 30 dias úteis contados do dia imediato àquele em que o presente edital for publicado no *Diário da República*, se abre concurso documental para provimento de um lugar de professor associado no grupo disciplinar de Gestão Industrial e da Tecnologia (Ergonomia e Estudos do Trabalho), da Escola de Engenharia da Universidade do Minho.

Em conformidade com o disposto nos artigos 37.º, 39.º, 41.º, 42.º e 43.º do Decreto-Lei n.º 448/79, de 13 de Novembro, ratificado pela Lei n.º 19/80, de 16 de Julho, observar-se-ão as seguintes disposições:

I — De acordo com os requisitos gerais e especiais de admissão, em conformidade com o disposto nos artigos 41.º, 42.º, 43.º e 44.º, n.ºs 1 e 2, do Estatuto da Carreira Docente Universitária (ECDU), publicado em anexo à Lei n.º 19/80, de 16 de Julho, poderão apresentar-se ao concurso:

- Os professores associados do mesmo grupo ou disciplina de outra universidade ou de análogo grupo ou disciplina de outra escola ou departamento da mesma ou de diferente universidade;
- Os professores convidados do mesmo grupo ou disciplina ou de análogo grupo ou disciplina de qualquer escola ou departamento da mesma ou de diferente universidade desde que habilitados com o grau de doutor por uma universidade portuguesa ou equivalente e com, pelo menos, cinco anos de efectivo serviço como docentes universitários;
- Os doutores por universidades portuguesas ou com habilitação equivalente em especialidade considerada adequada à área da disciplina ou grupo de disciplinas para que foi aberto concurso e que contem, pelo menos, cinco anos de efectivo serviço na qualidade de docentes universitários.

II — 1 — O requerimento de admissão ao concurso é instruído, sob pena de exclusão, com:

- Documento comprovativo do preenchimento das condições fixadas em qualquer das alíneas do n.º 1;
- 30 exemplares, impressos ou policopiados, do *curriculum vitae* do candidato, com a indicação das obras e trabalhos efectuados e publicados, bem como das actividades pedagógicas desenvolvidas;
- Certidão do registo criminal;
- Atestado passado pelo delegado ou subdelegado de saúde comprovativo de que o interessado não sofre de doença contagiosa e possui a robustez física necessária para o exercício do cargo;
- Documento comprovativo do cumprimento dos deveres militares ou de serviço cívico;
- Cópia simples do bilhete de identidade.

2 — Os documentos a que aludem as alíneas c) a e) podem ser substituídos por declaração prestada no requerimento, sob compromisso de honra, onde, em alíneas separadas, o interessado deve definir a sua situação precisa relativamente ao conteúdo de cada uma daquelas alíneas.

3 — Os candidatos devem ainda proceder às seguintes indicações, devidamente comprovadas:

- Identificação completa, endereço e telefone;
- Habilitações académicas;
- Concurso e categoria a que se candidata, mencionando o *Diário da República*;
- Categoria, grupo ou disciplina a que pertence, tempo de serviço como docente universitário e universidade a que pertence;
- Especialidade adequada ao grupo para que foi aberto o concurso, com indicação do tempo de serviço efectivo como docente universitário;
- Quaisquer outros elementos que os candidatos considerem passíveis de influir na apreciação do seu mérito ou de constituir motivo de preferência legal, os quais, todavia, só serão tidos em conta pelo júri se devidamente comprovados;
- Data e assinatura.

III — 1 — A Reitoria comunicará aos candidatos, no prazo de três dias úteis contados do termo do prazo do concurso, o despacho de admissão ou não admissão, o qual se baseará no preenchimento ou na falta de preenchimento, por parte daqueles, das condições estabelecidas.